

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 08.09.2020

Local: reunião online

Presenças: Desembargador **João Paulo Lucena**, Coordenador;
Juíza do Trabalho **Aline Doral Stefani Fagundes**;
Juiz do Trabalho **Luís Henrique Bisso Tatsch**,
Servidora **Adriana Rizzolli**;
Servidor **Onélio Luis Soares dos Santos**.

Convidados: Des. **Francisco Rossal de Araújo**;
Juiz do Trabalho **Adriano Santos Wilhelms**;
Juiz do Trabalho **Daniel Souza de Nonohay**;
Juíza do Trabalho **Maria Cristina Santos Perez**;
Juiz do Trabalho **Marcelo Caon Pereira**, CEJUSC Passo Fundo;
Juiz do Trabalho **Marcelo Silva Porto**, CEJUSC Caxias do Sul;
Juíza do Trabalho **Ana Ilca Harter Saalfeld**, CEJUSC Pelotas;
Juiz do Trabalho **Gustavo Fontoura Vieira**, CEJUSC Santa Maria;
Juiz do Trabalho **Fernando Formolo**, CEJUSC Santa Maria;
Juiz do Trabalho **Volnei de Oliveira Mayer**, CEJUSC Estância Velha;
Juíza do Trabalho **Ana Luiza Barros de Oliveira**;
Juiz do Trabalho **Marcos Rafael Pereira Pizino**;
Juiz **Tiago Mallmann Sulzbach**;
Servidora **Janine Scharlau Stoever**;
Servidor **Marcos Paulo Massirer Bitencourt**;
Servidor **Darlã Granetto**;
Servidora **Elisabete de Oliveira Algarve**;
Servidor **Gabriel Pereira Borges Fortes Neto**.
Servidora **Denise Bampi**.

Secretária: Gabriela Balbinot (AGE)

Horário: 10h30min - 11h45min

Pauta: Apresentação do Plano de Ação Voluntária de Conciliação

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às 10 horas e 30 minutos, ocorreu reunião online do NUPEMEC contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pelo Des. João Paulo Lucena, conforme registro que segue: Des. Lucena abriu a reunião saudando a todos e passou a palavra ao Des. Rossal que cumprimentou a todos e comunicou que foi ultimado o projeto geral de conciliação, envolvendo 1º, 2º grau e Recurso de Revista, e já foi submetido à Administração. Comentou que o projeto parte do pressuposto de unificar a política de conciliação do Tribunal, por uma razão pragmática, pois um processo conciliado tem mais chances de ser resolvido definitivamente. Prosseguiu, afirmando que a conciliação pode ser feita em meio a audiências, pelos Cejuscs, no 2º grau, pois diminui a recorribilidade externa e ainda resolve problemas de resíduo em alguns casos bem preocupantes. Informou que o Recurso de Revista planeja colocar número grande de processos em pauta para tentativa de conciliação. Mencionou que aqueles que não forem conciliados, serão julgados. Ressaltou que o acervo do recurso de revista já diminuiu de 39.900 processos para 27.000. Retomou o tema do Plano da Ação Voluntária de Conciliação, mencionando que foi organizado com auxílio dos Juízes Aline, Maria Cristina e Marcelo, em esforço conjunto com ele e o Desembargador Lucena. Mencionou que o objetivo é apresentar o plano para os colegas dos Cejuscs e, após, para todos os Desembargadores e colegas por meio de evento organizado pela Escola Judicial. Des. Lucena destacou a presença do Juiz Tiago, informando que foi convidado representando a AMATRA-IV, para que tome conhecimento do plano, pois a atividade vai focar no resíduo do segundo grau. Mencionou que foi pensado na questão operacional e no aspecto político. Afirmou a importância do acompanhamento pela AMATRA, pois necessitarão do auxílio dos colegas do 1º grau. Sugeriu que passassem à apresentação, propriamente dita, do plano, informando que a liderança é da Vice-Presidência, que congregará os esforços do NUPEMEC, dos CEJUSCs e de todas as demais unidades juntas no plano. Juiz Marcos mencionou a cobrança pelas pautas no 1º grau. Juiz Tiago manifestou-se afirmando que considera o projeto bonito, que envolve empatia, e mencionou que a AMATRA apresentou requerimento juntamente com a Satergs e a Agetra, sendo o primeiro pedido conjunto realizado e que aguardam resposta ainda. Informou que a OAB estava junto, mas o Pres. Breier decidiu que enviará requerimento próprio da OAB, seguindo o modelo da Justiça Estadual. Foi comentado que deve haver parcimônia para o cumprimento da determinação da CGJT, e que em SP houve determinação para inclusão de todos os processos. Comentou que ainda tem que conversar com o Corregedor Regional e que, por isso, entende que o presente projeto de conciliação terá mais ou menos adesão a depender

da determinação da Corregedoria Regional, pois se fala em 95.000 processos represados. Foi comentado, também, que seria interessante aproveitar o momento para solicitar à Escola Judicial que oferecesse mais de uma turma de capacitação em conciliação, como mais um estímulo para que os colegas participem da ação. Destacou que no âmbito nacional há grande comoção quanto a esse tema. Juiz Leandro comentou que a Corregedoria Regional procurou aguardar antes de passar diretriz como a nacional. Informou que há processos que não podem ser incluídos em pauta pela arguição de impossibilidade técnica, conforme a própria determinação do CNJ. Destacou que o prazo para responder à Corregedoria-Geral encerra no final da semana corrente. Acrescentou que o Plano de Ação Voluntária de Conciliação é certamente um argumento, mas não diz de audiências iniciais e de instrução, e que estão avaliando como cumprir o que foi recomendado. Complementou que serve como argumento, mas não como resposta, mas que podem contar com o apoio da Corregedoria Regional para o plano de conciliação. Foi mencionado que a ideia é encaminhar para Brasília também, assim como a OAB. Des. Rossal afirmou que uma das coisas que segura essa política de conciliação na Administração é o discurso, que não pode ser vazio, mas sim consistente. Ressaltou que é preciso construir política de conciliação sob os devidos fundamentos jurídicos, para que não seja algo de um momento específico. Que é necessário estruturar bem esse tema. Juiz Marcelo Porto mencionou que oferece total apoio ao plano de ação de conciliação, acrescentando que é medida muito importante para que se consiga reduzir o resíduo, como foi feito no 1º grau. Em seguida, perguntou se há alguma outra Vara do Trabalho especializada no Brasil que trate de acidente do trabalho e doença ocupacional. Em relação à determinação do Corregedor-Geral, informou que desde o dia 23.03.2020 já tinha suspenso as atividades presenciais do Foro de Caxias do Sul. No caso da vara especializada em sequelas de acidente de trabalho, doença ocupacional, afirmou que só se resolve o problema após realizada a perícia médica. Destacou que essa é a diferença básica para outra vara que trata também de demanda indenizatórias, além de acidentárias. Mencionou que não há necessidade de realizar iniciais pois é raríssima possibilidade de conciliação em processos dessa natureza. Prosseguiu referindo que também são raras as instruções, realizando, em média três por semana, o que não se justifica em período de pandemia. Afirmou que gostaria de encaminhar documento para ciência da Corregedoria-Geral quanto à 6ª VT de Caxias do Sul e afirmou que tanto essa Vara, quanto o Cejusc desse Foro estão disponíveis para atuar na ação voluntária. Afirmou que é importante mostrar que existe trabalho diferenciado em Vara no Rio Grande do Sul, que a forma de trabalho é bem célere e dinâmica. Mencionou que quer aproveitar a oportunidade para enviar material à

Corregedoria para dar conta desse trabalho e para que tenha apontamentos. Quanto ao auxílio na ação, reportou que prefere trabalhar com o Cejusc, pois tem mais condições de agendar audiências do que as Varas. Questionou se o Cejusc pode cumular atividades com as Varas e ressaltou que, no entanto, continuará a atender o que pede a Administração. Des. Lucena solicitou que sejam acompanhados os encaminhamentos da programação com a EJud para o evento de 6ª feira, 11.09. Juíza Maria Cristina informou que o Diretor da Secom, Gabriel, apresentará a logomarca do plano de ação voluntária de conciliação, que será utilizada no evento de 6ª feira. Des. Lucena, mencionou que os servidores também têm a palavra na reunião e deixou espaço aberto para que se manifestassem. Não houve manifestações. Foi confirmado o horário com a EJud e com o Des. Rossal na sexta, dia 11.09, às 11h e comentado que a ideia é fazer a apresentação por meio do canal da EJud no youtube, utilizando *teaser* e que serão ainda enviados convites para os juízes. Des. Lucena agradeceu a presença de todos. **Próxima reunião agendada para 25.09 às 09h.** Reunião encerrada às 11h45min, ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais - AGE, e enviada a todos por meio eletrônico para validação.